

**POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL, URBANA E RURAL, DE 2012 A 2018****INCOME POVERTY IN BRAZIL, URBAN AND RURAL, FROM 2012 TO 2018****POBREZA MONETARIA EN BRASIL, URBANO Y RURAL, DE 2012 A 2018**

Kalid Ahmad Yusuf¹
Carlos Eduardo Caldarelli²

RESUMO

A pobreza é um fenômeno que pode afetar os indivíduos de diversas formas, sendo a mais comum a insuficiência de renda, também conhecida como pobreza monetária. No caso brasileiro, a pobreza monetária tem atingido uma parcela significativa da população, impulsionando a articulação de políticas públicas de combate à pobreza. Diante de tal desafio, este estudo tem como objetivo mensurar a pobreza monetária no Brasil, analisando a proporção de pobres em todos os estados brasileiros, tanto no âmbito urbano quanto no rural. Fazendo uso de microdados da PNAD contínua e algumas métricas de pobreza, para o período de 2012 a 2018, este estudo permitiu concluir que mais de 28% da população brasileira se encontra em situação de pobreza monetária e que a insuficiência de renda tem afetado com maior intensidade as regiões Norte e Nordeste do país, principalmente as áreas rurais onde são encontradas as maiores proporções de pobreza. Este estudo contribui para a temática em tela ao destacar a relevância dos ciclos econômicos nos indicadores de pobreza no Brasil.

Palavras-chave: Insuficiência de renda. Urbano. Rural. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

Poverty is a phenomenon could affect individuals in different ways, being the most common the income insufficiency, also known as monetary poverty. For the Brazilian case, monetary poverty affect a significant portion of the population, motivating the articulation for public policies to eradicate poverty in the country. In face of this challenge the aim of this paper is measure the monetary poverty in Brazil calculating the Headcount poverty and other indicators for all states from Brazil using data from PNADC survey – PNAD contínua – for the period from 2012 to 2018. The results shown the monetary poverty for more than 28% of the Brazilian population and that income insufficiency is more severe for North and Northwest regions, mainly in rural areas. This study contributes to the thematic at hand by highlighting the relevance of economic cycles in poverty indicators in Brazil.

Keywords: Income Insufficiency. Urban. Rural. Regional Development.

¹Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina. Paraná. Brasil. E-mail: kalidyusuf94@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2211-993X>

²Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina. Paraná. Brasil. E-mail: carlos.caldarelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6739-7183>

RESUMEN

Pobreza es un fenómeno que puede afectar a las personas de diferentes maneras, la más común es la insuficiencia de ingresos, también conocida como pobreza monetaria. En el caso brasileño la pobreza monetaria ha afectado a una porción significativa de la población, impulsando la articulación de políticas públicas para combatir la pobreza. Frente a tal desafío, este estudio tiene como objetivo medir pobreza monetaria en Brasil, analizando la proporción de personas pobres en todos los estados brasileños, tanto en áreas urbanas como rurales. Utilizando microdatos del PNAD continúa y algunas métricas de pobreza, para el período de 2012 a 2018, este estudio permitió concluir que más del 28% de la población brasileña se encuentra en una situación de pobreza monetaria y que la insuficiencia de ingresos ha afectado más intensidad en las regiones del norte y noreste del país, principalmente las zonas rurales donde se encuentran las mayores proporciones de pobreza. Este estudio contribuye al tema en cuestión, destacando la relevancia de los ciclos económicos en los indicadores de pobreza en Brasil.

Palavras chave: Ingresos insuficientes. Urbano. Rural. Desarrollo regional.

Como citar este artigo: YUSUF, Kalid Ahmad; CALDARELLI, Carlos Eduardo. Pobreza monetária no Brasil, urbana e rural, de 2012 a 2018. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 810-832, 11/08/2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2801>

Artigo recebido em: 13/04/2020

Artigo aprovado em: 05/08/2020

Artigo publicado em: 11/08/2020

1 INTRODUÇÃO

A análise e mensuração da pobreza são largamente discutidas e têm sido temática recorrente em inúmeros estudos e agendas políticas mundialmente. Ao longo do tempo pode-se observar uma transição na literatura e nos debates sobre a pobreza, distinguindo-se duas visões. Inicialmente, no decorrer do século XIX, havia poucas razões para se pensar que existiria potencial nas pessoas pobres para se tornarem outra coisa senão pobres, com pouco ou nenhum espaço concebido para o esforço público de reduzir permanentemente a pobreza ou minimizar seus efeitos. As políticas dedicadas ao combate da pobreza não faziam muito sentido para quem estava no poder (RAVALLION, 2016).

Posteriormente, em meados do século XX, a literatura volta-se para o estudo da pobreza, em uma nova visão, não mais vista como uma condição inevitável, mas sim como um mal social que deve ser evitado por meio da ação pública. O Estado passou então a ter um papel ativo em assegurar que todos os indivíduos tivessem acesso às condições essenciais para sua sobrevivência e bem-estar pessoal. As políticas antipobreza, juntamente com sistemas de

educação e de saúde sólidos, passaram a ser vistos como uma questão de promoção e proteção com o intuito de garantir um crescimento econômico sustentável (RAVALLION, 2016).

No caso brasileiro, ao se observar trabalhos de estudiosos como Barros e Mendonça (1995), Pochmann (2010) e Hoffmann, Jesus e Almeida (2018), pode-se perceber que o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira sempre foi marcado por elevados índices de pobreza e desigualdade social e embora se verifique ao longo do tempo diversas dinâmicas de enfrentamento à pobreza por parte da esfera pública, nenhuma ação tomada até então foi de fato impactante a ponto de reduzir por completo os índices desse fenômeno e a elevada desigualdade social residente no país. Os resultados se tornaram mais significativos apenas no início dos anos 2000.

De acordo com Pochmann (2010), no pós-2003, um novo padrão de sistema social é observado no Brasil, caracterizado pela redução da desigualdade de renda e por um crescimento significativo da renda *per capita*. Segundo dados do autor, no período entre 2004 e 2010 observou-se um crescimento da renda *per capita* de 2,9% a.a em média, acompanhado por uma queda na média anual da desigualdade de renda de 1,5%. Tais resultados refletiram de forma relevante na melhora dos indicadores de pobreza e de bem-estar social. Entre esses, destaca-se uma redução nas taxas de pobreza e de desemprego no montante de 4,8% e 5,2% em média ao ano, respectivamente; um aumento de 7,1% na média anual do valor real do salário mínimo e; um aumento nos anos de escolaridade dos brasileiros de 3,8% ao ano, para o mesmo período.

Tal melhora desses indicadores e em termos de mobilidade social é associada principalmente ao bom resultado dos programas de focalização e transferências de renda como Fome Zero e Bolsa Família, e pelo impacto favorável da conjuntura que colaborou de forma significativa para a recuperação do crescimento econômico do país. Embora a literatura demonstre uma melhora nos índices de pobreza e desigualdade no referido período, é notável que no Brasil o número de indivíduos na condição de pobres e indigentes ainda seja preocupante, além da elevada desigualdade social na distribuição de renda, que apesar de ter diminuído continua em níveis alarmantes, principalmente quando se observa as diferenças existentes entre urbano e rural.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é demonstrar a atual situação em que se encontra a pobreza no Brasil em termos de insuficiência de renda, observando os vários índices de indigência e procedendo a análise para as Unidades da Federação, conforme a situação censitária do domicílio, se urbano ou rural. A análise tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) e limita-se ao período de 2012 a 2018.

Este estudo justifica-se pela importância de atualização de dados concernentes à insuficiência de renda no Brasil com uso da PNAD contínua e para analisar a continuidade (ou não) do processo sistemático de redução de pobreza no Brasil no período de 2003 a 2012, em que relatórios como o do Banco Mundial (2019) destacam a reversão desse processo e, portanto, elevação da pobreza no período recente. Este artigo empreende esforços em compreender como a reversão do ciclo de expansão da economia brasileira pós-2014 atingiu a trajetória de redução da pobreza.

Quanto à sua estrutura, este trabalho se divide em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentadas definições sobre o conceito de

pobreza e sua forma de operacionalização. Na segunda seção são expostos alguns dados referentes a pobreza e desigualdade no Brasil, além de ser feita uma comparação em relação aos demais países da América Latina. Na terceira seção é descrita a metodologia e base de dados utilizada no estudo. Na última seção são apresentados os resultados obtidos da pesquisa onde é exposta a atual situação em que se encontra a pobreza monetária no Brasil. Por fim, as considerações finais são tecidas.

2 POBREZA: DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

No que tange à sua definição, segundo Silva, Bandeira e Lopes (2011) tanto na literatura quanto em políticas sociais é empregada uma ampla variedade de definições para o termo pobreza, fazendo com que este se constitua em uma categoria teórica com uma gama de significados, tornando sua definição um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões. Neste sentido, vários estudos apresentam definições desse conceito, algumas delas descritas a seguir.

Segundo Hagenaars e de Vos (1988) qualquer definição pode ser encaixada em uma das seguintes categorias gerais: a primeira diz respeito à *pobreza absoluta*, onde é definida por se possuir menos que um mínimo previamente estabelecido; a segunda categoria se refere à *pobreza relativa*, em que a pobreza é definida por se possuir menos que os demais indivíduos da sociedade e; por fim, a última categoria faz referência à *pobreza subjetiva*, onde é definida pelo sentimento de não se ter condições suficientes para seguir adiante, por qualquer carência que seja.

Por outro lado, Rodrigues, Helfand e Lima (2018) estabelecem a noção de pobreza como sendo algum tipo de privação, podendo esta ser tanto de cunho material quanto de elementos de ordem cultural ou social. Para esses pesquisadores, a pobreza pode ser definida como a insuficiência de recursos para assegurar que as condições básicas de subsistência e de bem-estar dos indivíduos em uma sociedade sejam garantidas, não se restringindo apenas à renda disponível, mas também ao acesso a recursos como saneamento básico, saúde e educação.

Outra visão sobre o tema, abordada por estudiosos como Sen (2000), Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006) e Fahel, Teles e Caminhas (2016), é o conceito de pobreza multidimensional. Segundo esse conceito a pobreza não é vista como um fenômeno restrito aos meios e recursos que os indivíduos possuem, mas sim com a capacidade dos indivíduos de exercerem sua liberdade de escolha em relação às diferentes trajetórias possíveis. Assim, a definição multidimensional além de abranger as necessidades elementares como nutrição, saúde e acesso a recursos de subsistência engloba também elementos mais complexos e de difícil mensuração como sentimento de felicidade, autorrespeito e sentir-se como integrante da vida em sociedade.

Com relação às análises multidimensionais, em que pese serem mais abrangentes e contemplarem elementos diversos da condição de vida de um indivíduo, tais análises são limitadas pela restrição de dados acerca dessas diferentes dimensões e pela dificuldade de se obter esses dados nacionalmente para uma cobertura de diferentes anos. Registra-se o caso da PNAD contínua, por exemplo, que possibilitaria a obtenção de indicadores dessa natureza apenas para os anos de 2016, 2017 e 2018.

Outra questão de grande debate na literatura sobre o tema são suas formas de operacionalização, ou seja, como mensurar se determinada parcela da sociedade é caracterizada como pobre ou não. Para tal, utiliza-se amplamente o conceito de linhas de pobreza, onde é possível identificar como pobre todo o indivíduo que se encontrar abaixo do valor estabelecido na linha de pobreza – arbitrariamente definida pelo investigador.

De acordo com Rodrigues, Helfand e Lima (2018) é possível encontrar uma grande variedade de linhas de pobreza, tanto em estudos aplicados quanto em programas que buscam combater tal fenômeno, não existindo assim uma linha oficial de pobreza no Brasil. Embora também não exista um consenso entre os estudiosos sobre qual a melhor forma de se medir a pobreza ou qual a variável mais efetiva para se utilizar como parâmetro em uma linha de pobreza, o método mais simples e frequentemente utilizado na literatura tem sido mensurar a pobreza a partir de um nível arbitrário de renda, qualificando-a assim como pobreza monetária.

Cumprir destacar, como assevera Kageyama e Hoffmman (2006), que as análises que utilizam linhas de pobreza e métricas monetárias não diferem de forma substancial em identificar e quantificar o fenômeno quando comparadas às análises e operacionalização multidimensionais. Entretanto, as abordagens multidimensionais se mostram mais completas e profundas no sentido de qualificar o tipo de carência vivenciada pelos indivíduos em determinada sociedade.

Ainda que utilizar um nível arbitrário de renda como linha de pobreza seja um método simples e bastante difundido considerando a facilidade na obtenção dos dados referentes aos vários tipos de renda em comparação com as demais variáveis possíveis, existem algumas críticas à utilização deste método que são destacadas por alguns estudiosos.

Segundo Hoffmann (1998) um dos problemas de se utilizar níveis arbitrários de renda para se mensurar a pobreza é a ausência de um critério. Essa afirmação pode ser explicada pela divergência nas linhas de pobreza monetária que cada pesquisador estabelece em seus estudos. Como exemplo, observa-se em Hoffmann (2000) a definição de linha de pobreza como sendo $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m.) *per capita* e linha de extrema pobreza como sendo $\frac{1}{4}$ de s.m. *per capita*, diferente de estudiosos como Corrêa (1998) que fazem uso de 1 e $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*, respetivamente, para as mesmas linhas, demonstrando assim o problema da ausência de critério na definição das linhas tendo como base a variável renda, o que dificulta a comparação entre os resultados encontrados.

Outra crítica ao uso de níveis de renda como linha de pobreza, bem fundamentada por Rodrigues, Helfand e Lima (2018), ressalta o fato de que ao se utilizar valores arbitrários de renda não são levadas em consideração as diferenças no custo de vida entre cada Unidade da Federação e entre as áreas urbanas e rurais. Outro agravante destacado pelos pesquisadores é o fato da renda ser um indicador pouco confiável, isso dada a elevada taxa de subdeclarações e informações inexatas.

Ainda assim, embora existam algumas críticas à utilização dessa abordagem, o emprego da variável renda como parâmetro continua sendo uma boa aproximação da realidade, servindo bem ao propósito de mensurar os níveis de pobreza, não somente no Brasil, como também nos demais países do mundo, onde se observa organismos multilaterais como o Banco Mundial que fazem uso de linhas de pobreza monetária em seus estudos, tendo como base, por exemplo, 1,99 dólares por dia, ou em uma abordagem mais moderna de 2,25 dólares diários, em paridade de

poder de compra. Destaca-se também o fato deste ser um método simplificador, dada a facilidade na obtenção de dados atualizados e a possibilidade de comparação dos resultados obtidos com outros estudos realizados, uma vez que é um dos métodos mais difundidos na literatura.

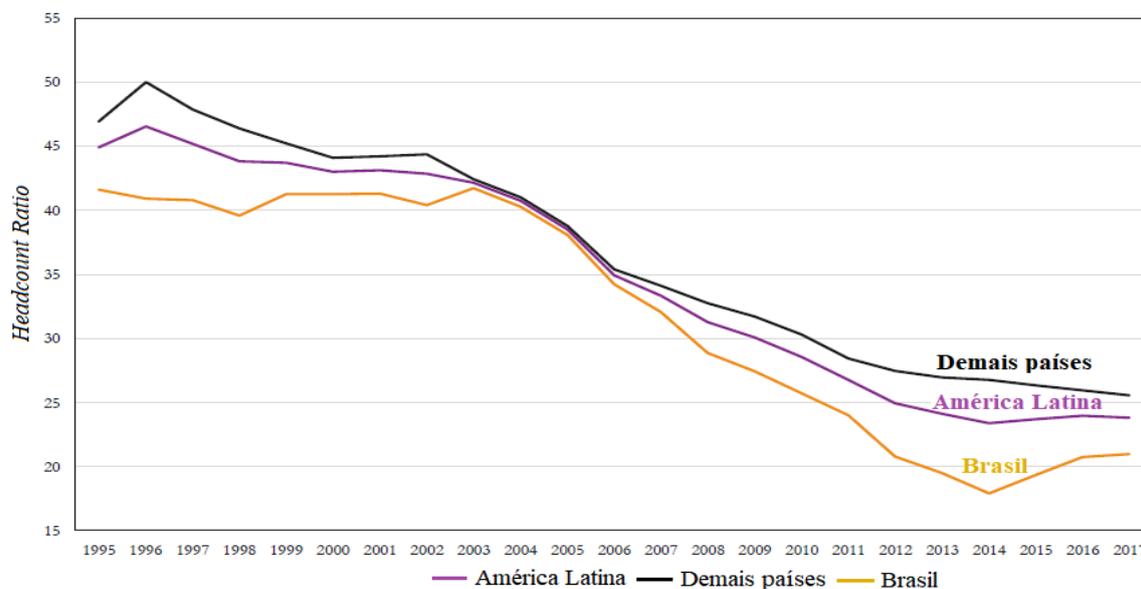
3 POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A América Latina é um espaço bastante heterogêneo e com diferentes realidades nos países que a compõe, contudo, duas características são marcantes: as desigualdades acentuadas – de diferentes naturezas – e a pobreza renitente. Segundo dados do Banco Mundial (2019), a pobreza monetária tem apresentado avanços no período recente na América Latina, embora tenha demonstrado uma redução significativa no cômputo das últimas décadas. Em 1995, levando em consideração uma linha de pobreza de 5,50 dólares por dia, cerca de 45% da população latino americana se encontrava abaixo da linha de pobreza, em 2017 esse percentual havia se reduzido para 24%. A contrapartida de tal queda da pobreza monetária se deu principalmente pela ascensão da classe média que cresceu 15 pontos percentuais na América Latina, saltando de 22% da população em 1995 e alcançando 37% em 2017.

Os esforços empreendidos pelos governos no sentido de redução da pobreza, em um contexto mundial e na América Latina, estão relacionados a diversos fatores, entre eles à ação de organismos multilaterais e grandes metas globais como as definidas na Agenda 2030, que aborda questões como o combate à pobreza e desigualdade, o acesso a serviços de necessidade básica como saúde, educação, alimentação e emprego, além de proteção contra as diversas formas de violência e discriminação social, com vistas a garantir as condições necessárias para um crescimento econômico sustentável e inclusivo (ECLAC, 2019).

A redução na proporção de pobres ocorrida até então é demonstrada na Figura 1, que ilustra a trajetória temporal do *Headcount Ratio* (percentual de indivíduos abaixo da linha da pobreza) para a América Latina, para o Brasil de forma isolada e para os demais países latino-americanos no período de 1995 a 2017. É importante destacar que este resultado da proporção de pobres é baseado na linha oficial de pobreza monetária do Banco Mundial definida como 5,50 dólares por dia e expressa em paridade de poder de compra (PPC) –pondera as diferenças no custo de vida entre os países – uma métrica comumente utilizada para comparações internacionais.

Figura 1 – Proporção de pobres na América Latina – em % – de 1995 a 2017



Fonte: Banco Mundial (2019)

Ao analisar a Figura 1 pode-se constatar que a redução na proporção de pobres se deu principalmente no intervalo de 2003 a 2013, a chamada “década de ouro”, período marcado por um notável crescimento econômico dos países da América Latina devido aos preços extremamente elevados das commodities e diferentes políticas de redução à pobreza no continente, sobretudo programas de transferência de renda. Neste período observa-se um declínio da pobreza monetária no continente latino-americano de 20 pontos percentuais. No caso brasileiro o indicador atingiu seu valor mínimo em 2014, com um *Headcount* de 17,9%.

É relevante observar a inflexão que ocorre na trajetória temporal do *Headcount Ratio* durante a “década de ouro”. Pode-se notar que no período de 2003 a 2006 as três linhas apresentadas na Figura 1 estão praticamente sobrepostas demonstrando que de certo modo a maioria dos países da América Latina se beneficiou com a alta nos preços das commodities e o mercado internacional favorável. Após 2006 observa-se, por sua vez, que a linha que representa a proporção de pobres no Brasil decresce mais rapidamente, fato explicado pelos resultados satisfatórios das políticas sociais e programas de transferência de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família, que foram adotados pelo governo no período e pela conjuntura favorável, sem a qual tais programas teriam um índice de sucesso bastante inferior.

Segundo relatório do Banco Mundial (2019), o fim da “década de ouro” é marcado por uma crise econômica na região, caracterizada, entre outros fatores, pela desaceleração dos preços das commodities que afetou negativamente os países da América Latina, principalmente o Brasil, que após a recessão (2014-2016) registrou um aumento na proporção de pobres de cerca de 3 pontos percentuais. Podem-se observar dois fatos ao se analisar o período que compreende a grande recessão: primeiro, que o desempenho do Brasil, por ser um gigante que representa um terço da população da América Latina, tem grande impacto sobre as taxas de pobreza da região; segundo, que após a “década de ouro” os demais países da América Latina obtiveram um desempenho melhor do que o Brasil. Tal fato pode ser constatado ao se analisar a diferença entre as trajetórias da proporção de pobres da América Latina como um todo e seu valor sem incluir os dados do Brasil, onde se observa que a linha que representa os demais

países da América Latina continua caindo, embora a taxas decrescentes, enquanto que a linha que agrega os dados brasileiros aumenta ligeiramente no mesmo período.

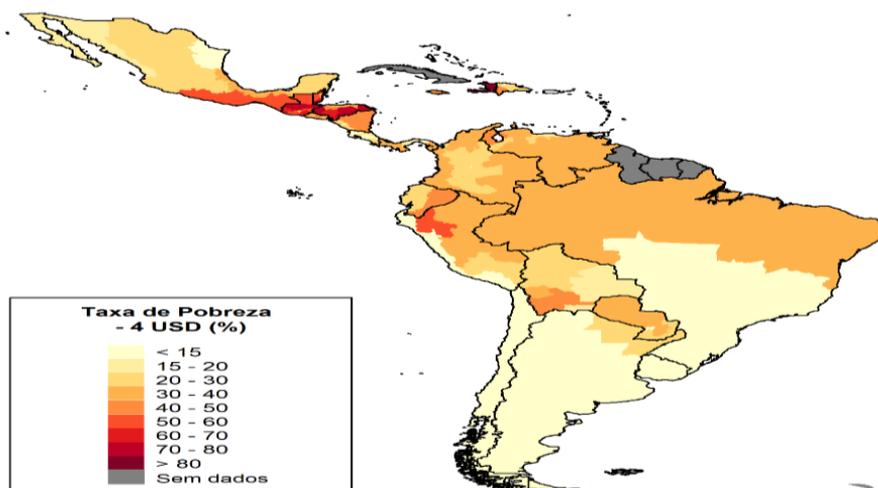
É importante destacar que não foram apenas fatores externos que acarretaram a piora dos indicadores de pobreza no Brasil, mas também medidas equivocadas adotadas pelas autoridades públicas. Segundo Nassif (2018) ao longo do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) observa-se uma política social robusta focalizada no crescimento pró-pobre e na melhora da distribuição de renda, tendo como base o papel preponderante do investimento público e geração de emprego. Tais políticas, adotadas durante um ciclo econômico favorável, alavancaram o crescimento do país levando com ele uma grande parcela da sociedade a situarem suas rendas acima da linha de pobreza. Num segundo momento, após a desaceleração dos preços das commodities e a adoção de políticas fiscais expansionistas ancoradas em isenções tributárias por parte do governo de Dilma Rousseff (2011-2014), grande parte do movimento foi revertido, levando uma parcela da sociedade de volta aos níveis de insuficiência de renda.

Neste sentido é pertinente considerar a crítica feita pelo Banco Mundial (2019) a respeito dos fortes impactos que os ciclos econômicos têm sobre os indicadores sociais. Segundo o organismo multilateral, aproximadamente 45% da variabilidade da queda da pobreza monetária durante a “década de ouro” na América Latina é explicada pelo componente cíclico da produção *per capita*, enquanto os demais 55% são explicados pelas políticas de redistribuição de renda e crescimento tendencial. No que tange ao Brasil, os movimentos cíclicos da produção *per capita* são responsáveis por 54% da queda da pobreza monetária, enquanto que as políticas de redistribuição de renda adotadas pelo governo respondem por 33% da redução da pobreza no Brasil; os demais 13% devem-se a mudanças estruturais e, portanto, mais sustentáveis na composição da renda *per capita* e efetividade da redução da pobreza.

Registra-se, assim, o fato de que o impacto favorável da conjuntura foi responsável por grande parte da redução na proporção de pobres nos países da América Latina durante a chamada “década de ouro”, principalmente no Brasil onde o movimento dos ciclos econômicos explica mais de metade da variação da queda da pobreza. Tal fato reforça a crítica feita pelo Banco Mundial (2019) sobre a grande vulnerabilidade da pobreza em relação aos ciclos econômicos e atenta ao ponto de que frequentemente a literatura sobre pobreza tende a medir o crescimento econômico e os ganhos sociais sem distinguir entre tendência e ciclo econômicos.

Outra forma de se analisar a pobreza monetária no Brasil e nos demais países da América Latina é apresentada na Figura 2, que ilustra a distribuição geográfica da proporção de pobres levando em consideração uma linha de pobreza de 4 dólares por dia, um pouco mais próxima ao valor da linha de pobreza (de $\frac{1}{2}$ salário mínimo) utilizada neste estudo.

Figura 2 – Mapa da proporção de pobres na América Latina, em %, com linha de pobreza de US\$ 4 por dia PPP-2018



Fonte: SEDLAC (2018)

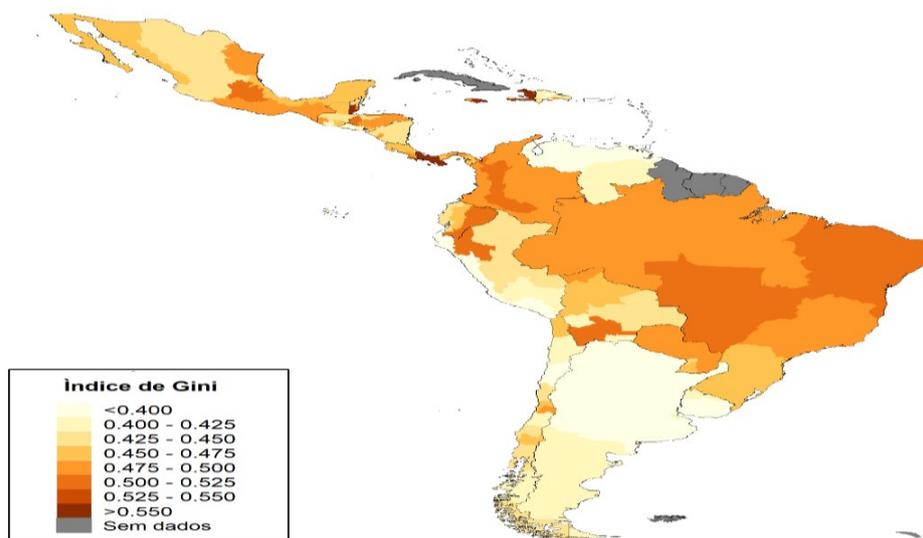
Observando o mapa (Figura 2) nota-se a nítida diferença entre o percentual de pobres das regiões norte e sul do continente. Países como Argentina, Uruguai e Chile localizados ao sul da América Latina apresentam as menores proporções de pobreza. Nesses países, menos de 20% da população vive abaixo da linha de pobreza. Já em países localizados mais ao norte do continente, como Peru, Equador, Colômbia e Venezuela a proporção de pobres é mais elevada, visto que em certas regiões quase 50% da população vive com menos de 4 dólares por dia. Situações ainda mais críticas são observadas em países como Honduras, El Salvador e Guatemala, onde mais de 70% da população vive abaixo da linha de pobreza. A diferença entre as regiões norte e sul fica mais evidente quando analisado o Brasil, em que as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país apresentam os menores percentuais, menos de 20% da população que reside nessas regiões vive abaixo da linha de pobreza, enquanto que nas regiões Norte e Nordeste do país quase 50% dos residentes vive com menos de 4 dólares por dia. Destaca-se ainda que esses percentuais não desagregam a população em urbana e rural, sendo nesse caso os diferenciais ainda mais intensos.

Outro problema que deve ser posto em pauta e que está fortemente atrelado aos elevados níveis de pobreza é a crescente desigualdade na distribuição de renda, principalmente no Brasil, onde a parcela dos mais ricos se apropria de uma grande fatia do produto socialmente gerado. Hoffmann, Jesus e Almeida (2018), em seu estudo sobre distribuição de renda, fazem uma análise a respeito da evolução da desigualdade no Brasil do período de 1995 a 2017, observando entre outros indicadores o índice de Gini. Ao examinar a evolução do indicador os aludidos autores destacam que embora a desigualdade tenha reduzido de forma substancial em relação aos patamares de 1995, ainda é bastante elevada para os padrões atuais, de modo que em 2017 a parcela dos 10% mais ricos da população se apropriou de mais de 40% do produto gerado no país.

Neste sentido, em contraste com o mapa apresentado anteriormente onde se demonstrava a proporção de pobres na América Latina, é exposto a seguir, na Figura 3, a distribuição geográfica do índice de Gini para a renda *per capita* na região. Nesta, pode-se observar que embora as regiões Centro-Sul, Sul e Sudeste do Brasil apresentassem as menores

proporções de pobreza do país, quando se analisa a questão da desigualdade medida neste caso pelo índice de Gini, observa-se que estas regiões possuem alto grau de desigualdade principalmente a região Centro-Sul, que juntamente com o Nordeste são as regiões com o maior índice de Gini do Brasil.

Figura 3 – Distribuição geográfica do índice de Gini para distribuição de renda na América Latina - 2018



Fonte: SEDLAC (2018)

Uma questão de grande importância quando se discute sobre pobreza e desigualdade no Brasil é a diferença existente entre as áreas censitárias urbanas e rurais. Segundo Helfand, Rocha e Vinhais (2009) a dinâmica da redução da desigualdade e da pobreza nas áreas rurais tem sido distinta daquela observada para o Brasil como um todo. Para comprovar tal hipótese os autores realizam em seu estudo a decomposição da variação da pobreza a partir de variações na renda e na desigualdade. A análise é feita para dois períodos, de 1992 a 1998 e de 1998 a 2005, a fim de identificar as causas da redução da pobreza observadas na época. Os resultados para o primeiro período demonstram que tanto para as áreas rurais como para o país como um todo a queda na proporção de pobres é explicada integralmente pelo aumento ocorrido na renda, dado que no mesmo período verificou-se um aumento no índice de Gini, indicando uma piora da desigualdade. Entretanto, quando se observa os resultados da decomposição para o segundo período fica nítida a diferença entre as áreas rurais e o Brasil como um todo, uma vez que os dados para o Brasil demonstram que a queda na proporção de pobres é explicada apenas pela melhora na desigualdade, dado que se observou uma redução da renda no período, enquanto que a queda no percentual de pobres nas áreas rurais é explicada tanto por uma melhora no índice de Gini como por um aumento expressivo da renda nas áreas rurais.

Segundo os referidos autores, tal aumento da renda nas áreas rurais é esclarecido pela ampliação dos programas de transferência de renda que começaram a atender uma maior parcela da população rural, uma vez que ao final do segundo período cerca de 58% dos residentes em domicílios rurais recebiam renda de outras fontes (inclusive Bolsa Família), diferente dos dados observados no final do primeiro período em que este percentual era de

apenas 3,6%, demonstrando assim que o impacto dos programas de distribuição de renda foi significativamente maior nas áreas rurais.

Nesse mesmo sentido, em um estudo mais recente Hoffman (2019a), fazendo uso de dados da PNAD contínua, analisa a distribuição do rendimento do trabalho sobre os setores agrícola e não agrícola para o período de 2012 a 2017. Nesse trabalho é possível observar mais evidências a respeito das diferenças no nível de desigualdade, não apenas entre as áreas urbanas e rurais, mas também nos setores agrícola e não agrícola³, em que se observa que o índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho sempre se mostrou maior no setor agrícola ao longo do período analisado, demonstrando a vulnerabilidade da região rural tanto para quem reside quanto para quem exerce seu ofício nas áreas rurais.

Como visto, embora se encontre na literatura inúmeros estudos sobre pobreza no Brasil, no que tange à pobreza monetária, poucos apresentam dados atualizados sobre as diferenças existentes entre as áreas urbanas e rurais e para regiões brasileiras, característica esta que se pretende abordar neste estudo. Outro ponto importante que deve ser mencionado, e que justifica tanto a adoção do curto intervalo de tempo analisado neste artigo, de 2012 a 2018, quanto a falta de trabalhos atualizados sobre pobreza no Brasil, é a incompatibilidade de dados entre a PNAD tradicional e a PNAD contínua. Segundo nota técnica do IBGE (2017) a PNAD contínua, que começou a ser disponibilizada a partir de 2012, apresenta diferenças metodológicas em relação à PNAD tradicional, o que impossibilita a correspondência direta entre os resultados das duas pesquisas, limitando assim as análises para maiores períodos de tempo.

4 METODOLOGIA

A base de dados utilizada neste estudo provém dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), sendo o período analisado de 2012 a 2018. Para a avaliação referente aos dados sobre pobreza monetária no Brasil foi utilizado como parâmetro o rendimento domiciliar *per capita* (variável VD5008). Todos os cálculos realizados neste trabalho levam em consideração os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE. Ademais, foram excluídos da análise os indivíduos cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Foi utilizado a software STATA[®] 14 para operacionalização.

Na PNAD Contínua a coleta de dados é realizada ao longo do ano, assim sendo, faz-se necessária a uniformização da unidade de medida monetária. Neste sentido, por ser um indicador que reflete o custo de vida para cesta de consumo das famílias optou-se por utilizar como deflator trimestral a média geométrica dos valores do Índice Nacional de Preços ao

³ Deve-se destacar que a classificação de rural ou urbano não pode ser confundida com a classificação de agrícola ou não agrícola, onde no primeiro caso se faz referência a situação do domicílio, ou seja, indivíduos residentes em áreas rurais ou urbanas, enquanto que no segundo caso refere-se a situação na ocupação, isto é, indivíduos ocupados conforme sua atividade principal em setores agrícolas ou não agrícolas. Ver (HOFFMAN, 2019b).

Consumidor (INPC) para deflacionar os rendimentos analisados, defasando-se em um mês cada trimestre, tendo como referência os preços de setembro/outubro e novembro de 2018.

Quanto à linha de pobreza utilizada neste estudo, optou-se por fazer uso da linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m.) *per capita* para linha de pobreza e de $\frac{1}{4}$ de s.m. *per capita* para linha de extrema pobreza, uma vez que está é uma das mais utilizadas na literatura, possibilitando possíveis comparações com estudos anteriores. Levou-se em consideração o valor do salário mínimo de 2018 (R\$ 954); nesse sentido, as linhas de pobreza são, respectivamente, R\$ 477 e R\$ 238,5 *per capita* – em reais de 2018.

Para a análise sobre a situação em que se encontra a pobreza monetária no Brasil, além dos tradicionais indicadores de pobreza *Headcount Ratio* e *Extreme Poverty Headcount Ratio* que demonstram, respectivamente, a proporção de pobres e de extremamente pobres, dada determinada linha de pobreza, também foram utilizados neste estudo outros indicadores, como o *per capita poverty gap*, que representa a quantia monetária *per capita* média necessária para que todos os indivíduos elevem suas rendas acima da linha de pobreza, e os índices de Watts e de Sen, cujas definições são apresentadas a seguir.

O índice de Watts é uma medida de pobreza que permite obter o tempo necessário, em anos, para que todos os indivíduos em determinada sociedade atinjam a renda mínima necessária para estar acima da linha de pobreza, em outras palavras, ele fornece a velocidade de extinção da pobreza, mantendo-se constante o nível de crescimento econômico observado no período. A versão discreta do índice proposto por Watts (1968) pode ser apresentada como:

$$W = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q [\ln(Z) - \ln(Y_i)] \quad (1)$$

Em que N representa o número total de indivíduos na população, Z representa a linha de pobreza escolhida, Y_i simboliza a renda do indivíduo i e q o montante de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza.

Morduch (1998) propõe uma interpretação do índice de pobreza de Watts em que o tempo médio de extinção da pobreza, T_g , é calculado a partir do quociente entre o índice de Watts e uma taxa hipotética de crescimento da renda, $g > 0$. Desta forma, o tempo médio para que o indivíduo i saia da condição de pobreza, levando em consideração a taxa de crescimento g , é dado por:

$$t_g^i = \frac{\ln(Z) - \ln(Y_i)}{g} \quad (2)$$

Assim sendo, o indivíduo i precisaria de t_g^i anos para elevar sua renda acima da linha de pobreza Z . O tempo médio de extinção da pobreza se levado em consideração a população como um todo é dado por:

$$T_g = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N t_g^i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \frac{[\ln(Z) - \ln(Y_i)]}{g} = \frac{W}{g} \quad (3)$$

Onde $t_g^i = 0$ para indivíduos não pobres. Desta forma, o índice reflete o número médio de anos necessários para a população sair da condição de pobreza se fosse possível garantir que

todos os rendimentos crescessem à taxa g . No caso deste estudo, adotou-se a taxa $g = 1,01$ concernente ao valor da taxa de crescimento do PIB do Brasil no ano de 2018.

O índice de Sen, por sua vez, é uma medida que leva em consideração três características inerentes à pobreza: a primeira diz respeito à incidência ou proporção de pobres em determinada sociedade; a segunda leva em consideração a intensidade, que representa o percentual médio de privações vivenciadas pelos pobres, ou seja, em determinado grupo de indivíduos pobres existem aqueles que são considerados pobres por estarem uma unidade monetária abaixo da linha de pobreza e aqueles que são considerados pobres por estarem inúmeras unidades monetárias abaixo da linha de pobreza, neste sentido, o índice de Sen leva em consideração o quão pobres os indivíduos são; e a terceira característica, que diz respeito à desigualdade de renda entre esses indivíduos, também conhecida como Gini dos pobres. Assim, partindo de um conjunto de axiomas, Sen (1976) em seu estudo *Poverty: An Ordinal Approach to Measurement*, desenvolve a seguinte expressão que representa a forma final de seu índice pobreza:

$$P = H[I + (1 - I)G] \quad (4)$$

Onde H representa a incidência de pobreza, I é a intensidade, G é o coeficiente da distribuição de renda desses indivíduos e P , o chamado índice de Sen, que pode variar entre o intervalo de zero e um, assumindo o valor zero para quando todos os indivíduos possuem rendas maiores que a linha de pobreza definida e o valor um para quando todas as rendas forem iguais a zero. No caso deste estudo, optou-se por multiplicar o índice de Sen pela centena a fim de facilitar a interpretação dos resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro resultado a ser discutido é exposto na Tabela 1, onde se apresenta a trajetória temporal da renda média domiciliar *per capita* conforme a situação censitária do domicílio, se urbano ou rural. Nesta, pode-se observar de imediato a enorme diferença existente entre os rendimentos das áreas urbanas e rurais, onde ao longo de todo o período analisado nota-se que os rendimentos obtidos nas áreas urbanas são cerca de duas vezes maiores que os rendimentos obtidos nas áreas rurais. Os resultados encontrados neste estudo mostram aderência aos destacados por Hoffmann (2019a) e Helfand, Rocha e Vinhais (2009) no que concerne aos diferenciais urbano e rural. Ainda na Tabela 1, são apresentadas informações sobre a distribuição dos habitantes em território nacional conforme situação do domicílio, a fim de identificar a proporção de indivíduos residentes em áreas urbanas ou rurais.

Tabela 1 – Renda média domiciliar *per capita* no Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, e distribuição populacional conforme situação censitária do domicílio, em %, de 2012 a 2018

Ano	Renda média domiciliar <i>per capita</i>			Distribuição populacional	
	Total	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2012	1084,18	1261,94	605,55	84,73	15,27
2013	1105,94	1293,49	627,65	84,33	15,67
2014	1152,45	1345,41	661,44	85,23	14,77
2015	1125,24	1307,20	654,78	85,20	14,80
2016	1084,58	1260,04	635,02	85,50	14,50
2017	1110,26	1288,37	646,88	85,84	14,16
2018	1164,69	1361,04	658,26	85,62	14,38

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Nota: Deflacionado pelo INPC – IBGE.

De modo geral a evolução da variação da renda média domiciliar *per capita* é semelhante em ambas as condições censitárias (Tabela 1) e, por consequência, no Brasil como um todo. Ao dividir o período analisado em três intervalos distintos, conforme as variações dos rendimentos, nota-se que no primeiro intervalo, de 2012 a 2014, período que compreende o final da “década de ouro”, ocorre um crescimento da renda média de aproximadamente 6,61% nas áreas urbanas e de 9,23% nas áreas rurais, em virtude do cenário favorável que experimentava o país na época. O segundo intervalo capta o período da recessão (2014 – 2016), onde se verifica uma queda no rendimento médio de aproximadamente 6,34% nas áreas urbanas e de 3,99% nas áreas rurais. Por fim, no último intervalo analisado, de 2016 a 2018, nota-se uma recuperação no crescimento da renda *per capita* de aproximadamente 8,02% nas áreas urbanas e de 3,66% nas áreas rurais, demonstrando que embora o rendimento nas áreas urbanas seja maior, as variações na renda ao longo do tempo foram mais favoráveis nas áreas rurais, com exceção do último período analisado, em que no pós-recessão verifica-se que a renda das áreas urbanas apresenta uma recuperação mais significativa que a observada nas áreas rurais.

No que tange à distribuição populacional analisada conforme a situação censitária do domicílio, verifica-se na Tabela 1 que a proporção de indivíduos residentes em áreas urbanas ou rurais se manteve praticamente constante ao longo do período observado, sendo esta proporção de em média 85% nas áreas urbanas e 15% nas áreas rurais, representando um montante de aproximadamente 177,9 milhões de pessoas residentes em áreas urbanas e cerca de 29,9 milhões de moradores em áreas rurais, para o ano de 2018 – de acordo com a PNADC e levando em conta o fator de expansão da referida pesquisa.

As mudanças observadas na renda *per capita* afetam diretamente o *Headcount Ratio* das linhas de pobreza monetária. Deste modo, observa-se na Tabela 2 que nos anos onde ocorre um crescimento da renda verifica-se uma queda na proporção de pobres, analogamente, nos anos onde se sucede uma queda da renda observa-se um aumento na proporção de pobres. Tal constatação é válida tanto para a linha de pobreza quanto para a de extrema pobreza, coerente com o apontado pelo Banco Mundial (2019), e que chama atenção para o fato desses indicadores estarem relacionados mais aos ciclos de expansão da renda e conjunturais e menos a fatores estruturais como, por exemplo, redução de desigualdade e aumento de qualificação e rendimentos.

Tabela 2 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza para o Brasil, em %, de 2012 a 2018

Ano	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
2012	31,45	26,69	57,82	11,66	8,38	29,83
2013	29,59	24,76	55,59	10,78	7,67	27,52
2014	27,25	22,88	52,45	9,34	6,70	24,56
2015	28,42	24,11	53,20	10,11	7,38	25,85
2016	30,41	26,22	55,16	11,56	8,77	28,04
2017	29,12	25,19	52,93	11,47	8,75	27,95
2018	28,09	24,05	52,11	11,25	8,46	27,89

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

No que tange à magnitude da pobreza, os dados observados (Tabela 2) revelam que em 2012, para uma população total de 197,7 milhões de pessoas, cerca de 62,1 milhões se encontravam em condição de pobreza monetária, e destes, cerca de 23 milhões sobreviviam com até R\$ 238,5 mensais, portanto, em situação de extrema pobreza. Já em 2018, para um montante populacional de 207 milhões, aproximadamente 58,2 milhões de pessoas se encontravam em condição de pobreza, representando uma redução de 3,36 pontos percentuais no valor do *Headcount Ratio* em relação à 2012, por outro lado, observa-se um aumento no número de indivíduos extremamente pobres, que atingiu o montante de 23,3 milhões de pessoas, embora se verifique uma queda do *Extreme Poverty Headcount Ratio* de 0,41 pontos percentuais em relação ao ano de 2012, demonstrando que o crescimento populacional ao longo do período analisado foi superior à redução na proporção de extremamente pobres. Embora se verifiquem melhoras na proporção de pobres ao longo do período estudado, esse percentual ainda se mostra bastante elevado, principalmente nas áreas rurais, onde se observa que mais de 52% da população vive abaixo da linha de pobreza monetária.

Outro ponto importante observado nos dados da Tabela 2 é que embora o *Headcount Ratio* se mostre menor nas áreas urbanas, quando comparado com o das áreas rurais, a variação na proporção de pobres se mostrou mais significativa nas áreas rurais, onde se verifica uma redução de 5,71 pontos percentuais na proporção de pobres e de 1,94 pontos percentuais na proporção de extremamente pobres, enquanto que nas áreas urbanas observa-se uma queda de 2,64 pontos percentuais na proporção de pobres e um ligeiro aumento de 0,08 pontos percentuais na proporção de extremamente pobres, o que demonstra uma considerável melhora dos indicadores de pobreza das áreas rurais em relação às áreas urbanas. Essa tendência pode ser explicada pelos argumentos de Nassif (2018) que destaca a relevância de programas de transferência de renda nas áreas rurais do Brasil.

Na sequência são apresentados na Tabela 3 os rendimentos médios para cada região do Brasil, em que nesse caso optou-se por analisar isoladamente o estado de São Paulo e o Distrito Federal, uma vez que suas rendas elevadas poderiam inflar os rendimentos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país causando desproporcionalidades em tais regiões.

Tabela 3 – Renda média domiciliar *per capita* por região do Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, de 2012 e 2018

Região	Total		Urbano		Rural	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018
Norte	862,74	894,33	1019,16	1064,94	487,43	524,48
Nordeste	679,01	719,28	851,41	910,87	392,89	419,94
Centro-Oeste (sem DF)	1221,94	1343,67	1292,71	1404,24	905,19	1100,14
Distrito Federal	2371,08	2291,06	2447,05	2377,74	1344,41	1286,97
Sul	1477,27	1593,16	1610,62	1724,47	1048,00	1162,71
Sudeste (sem SP)	1276,94	1392,96	1400,45	1529,22	713,76	781,29
São Paulo	1545,54	1731,94	1664,77	1866,31	1020,33	1115,31
Brasil	1084,18	1164,69	1261,94	1361,04	605,55	658,26

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Nota: Deflacionado pelo INPC – IBGE.

Como esperado, as regiões com menor renda média *per capita* são as regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde se observam rendimentos inferiores à média brasileira, tanto no ambiente urbano quanto no rural, com destaque negativo para a área rural da região Nordeste, que possui rendimentos médios inferiores à linha de pobreza monetária (R\$ 477), o que permite inferir que a maior parte da população rural dessa região se encontra abaixo da linha de pobreza. No outro extremo, tem-se o Distrito Federal com rendimento *per capita* cerca de duas vezes maior que a média do Brasil, seguido pelo estado de São Paulo que possui a segunda maior renda *per capita* entre as regiões, com exceção da área rural, onde a região Sul apresentou rendimento mais elevado.

Quando são analisadas as variações na renda *per capita*, verifica-se na Tabela 3 que para todas as regiões observadas ocorreu um aumento na renda de 2012 para 2018, com exceção da renda do Distrito Federal, a única que apresentou uma redução tanto na área urbana quanto na rural. De modo geral, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam rendimentos superiores à média brasileira, o que permite concluir que a maior concentração de pobreza, em termos de renda, é localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, fato este apresentado nas Tabelas 4 e 5, que seguem.

Tabela 4 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2012

Região	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Norte	48,13	42,21	67,81	20,53	14,79	39,61
Nordeste	52,51	45,41	71,74	23,64	17,11	41,32
Centro-Oeste (sem DF)	23,89	22,30	37,51	5,42	4,93	9,65
Distrito Federal	17,99	17,46	34,17	4,68	4,60	7,23
Sul	16,88	15,02	27,37	4,08	3,42	7,81
Sudeste (sem SP)	26,00	23,34	48,86	7,70	6,47	18,27
São Paulo	15,99	15,27	31,88	3,94	3,67	9,84
Brasil	31,45	26,69	57,82	11,66	8,38	29,83

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Tabela 5 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2018

Região	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Norte	45,58	39,71	65,33	20,13	14,82	38,00
Nordeste	46,77	39,97	66,41	22,36	16,60	38,97
Centro-Oeste (sem DF)	20,19	19,49	26,12	5,12	4,84	7,49
Distrito Federal	15,44	14,74	25,66	4,75	4,45	9,12
Sul	14,01	13,14	20,25	4,12	3,77	6,36
Sudeste (sem SP)	21,97	20,20	39,67	6,64	5,78	15,32
São Paulo	15,87	15,39	27,00	5,06	4,93	7,96
Brasil	28,09	24,05	52,11	11,25	8,46	27,89

Fonte: Elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Como observado nas Tabelas 4 e 5, a proporção de pobres nas regiões Norte e Nordeste do país é extremamente elevada, onde em ambas as regiões quase metade da população total se encontra em condições de pobreza monetária. A situação se torna ainda mais preocupante quando são analisados os dados a respeito das áreas rurais dessas regiões, neste caso 66,41% dos residentes em áreas rurais do Nordeste e 65,33% dos residentes em áreas rurais do Norte se encontravam em situação de pobreza monetária em 2018, sobrevivendo com até R\$ 477 mensais *per capita*. Quando são observados os resultados referentes à extrema pobreza nota-se que a situação não melhora nessas regiões, mais uma vez a área rural é onde os níveis de indigência são mais alarmantes, principalmente quando comparados com as demais regiões do Brasil. Quanto às demais regiões, observa-se que a proporção de pobres variou entre 13% e 20% nas áreas urbanas e entre 20% e 39% nas áreas rurais no ano de 2018, sendo a região Sul a macrorregião que apresentou os menores níveis de pobreza monetária do Brasil.

No que concerne às variações ao longo do tempo, observa-se mais uma vez que de 2012 a 2018 as áreas rurais são onde se verificam as reduções mais significativas na proporção de pobres, com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde neste caso se observam variações mais significativas nas áreas urbanas. A redução mais relevante é observada na área rural da região Centro-Oeste, onde se constata uma queda de 11,39 pontos percentuais no *Headcount Ratio*.

Em média, verifica-se nas macrorregiões reduções de 3,1 pontos percentuais nas áreas urbanas (sendo a maior queda observada na região Nordeste com 5,44 pontos percentuais) e de 7,1 pontos percentuais nas áreas rurais. No tocante à extrema pobreza, observam-se pioras nos indicadores das áreas urbanas das regiões Norte e Sul do país e no estado de São Paulo, que aumentou sua proporção de extremamente pobres em 1,26 pontos percentuais em relação ao ano de 2012. Quanto às áreas rurais, a única região que apresentou um aumento na proporção de extremamente pobres foi o Distrito Federal, com um aumento de 1,89 pontos percentuais. Nas demais regiões observam-se melhoras nos *Headcounts* de extrema pobreza de em média 2,1 pontos percentuais.

Embora o *Headcount Ratio* das linhas de pobreza e extrema pobreza seja um indicador muito utilizado na literatura, outros indicadores fornecem informações relevantes no que concerne a medir os vários níveis de pobreza monetária. Neste sentido, são apresentados na Tabela 6, que segue, três indicadores de pobreza para cada região brasileira e para o Brasil como um todo – Índice de Sen, índice de Watts, em anos, e *per capita poverty gap*, analisados conforme a situação censitária do domicílio no ano de 2018.

Tabela 6 – Índice de Sen, índice de Watts, em anos, e *per capita poverty gap*, em R\$, por região do Brasil - 2018

Região	<i>Per capita poverty gap em R\$</i>		Índice de Sen		Índice de Watts em anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Norte	83,24	169,39	23,38	45,00	26,28	61,67
Nordeste	88,94	179,82	24,75	47,69	29,43	67,04
Centro-Oeste (sem DF)	35,47	47,11	10,32	13,59	9,83	13,40
Distrito Federal	29,43	54,97	8,65	15,35	7,65	14,79
Sul	24,27	38,57	7,13	11,14	6,51	11,14
Sudeste (sem SP)	38,75	82,67	11,19	23,11	10,25	27,03
São Paulo	29,95	52,49	8,75	15,14	8,18	15,63
Brasil	49,45	132,26	14,10	35,75	14,91	47,71

Fonte: Elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Nota: Índice de Sen multiplicado por 100.

Pode-se observar que os indicadores apresentados (Tabela 6) reforçam os fatos já destacados até então, onde se observa uma maior concentração de pobreza monetária nas regiões Norte e Nordeste do país e uma significativa diferença entre as áreas urbanas e rurais. Neste sentido, é relevante destacar os resultados obtidos segundo o *per capita poverty gap*, onde se verifica uma maior insuficiência de renda nas regiões Norte e Nordeste do país. Nestas regiões observa-se que a população considerada pobre necessitaria de, em média, R\$ 86 por pessoa nas áreas urbanas e cerca de R\$ 174 por pessoa nas áreas rurais para saírem da situação de pobreza. Tais resultados são ainda mais preocupantes quando comparados com as demais regiões do Brasil, principalmente com a região Sul, onde os valores do *per capita poverty gap* são bem menores, sendo necessário, em média, apenas R\$ 24 *per capita* para os indivíduos residentes em áreas urbanas e R\$ 38 *per capita* para os residentes em áreas rurais.

Outro resultado importante a ser mencionado diz respeito ao índice de Sen (Tabela 6), que além de levar em consideração a proporção de pobres também aborda elementos como a

intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres se mostrando um índice mais completo. Por meio do índice pode-se perceber que a pobreza é mais severa no meio rural, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que apresentam índices de Sen de respectivamente 45 e 47,69, demonstrando que além da elevada proporção de pobres presentes nessas regiões, também se observam altos índices de desigualdade. Por fim, o último índice apresentado diz respeito ao índice Watts, onde se percebe que em certas regiões seria necessário mais de 60 anos para se extinguir a pobreza monetária, mantendo-se o nível de crescimento econômico constante. Ainda segundo o índice de Watts, nota-se quão defasadas estão as áreas rurais em relação às urbanas, onde se observa que a área rural do Brasil necessitaria de 32 anos a mais que a área urbana para extinguir a pobreza monetária, demonstrando novamente uma maior vulnerabilidade dos residentes em áreas rurais.

O último resultado a ser discutido está exposto na Tabela 7, a seguir, onde são apresentados os *Headcount Ratios* de pobreza e extrema pobreza para todos os estados do Brasil. Neste caso optou-se por analisar apenas os resultados do ano de 2018, uma vez que apresentar tais dados para um período maior de tempo acarretaria em uma análise deveras extensa.

Tabela 7 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por Estado do Brasil, em % - 2018

Unidade da Federação	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Rondônia	28,95	27,00	35,55	9,08	8,20	12,03
Acre	44,35	35,28	69,16	22,23	14,06	44,57
Amazonas	50,31	44,93	77,97	23,93	18,69	50,88
Roraima	36,65	32,07	60,39	15,91	11,83	37,00
Pará	49,07	41,31	68,57	21,78	14,45	40,20
Amapá	48,44	46,29	78,58	22,13	20,06	51,06
Tocantins	35,42	32,88	46,85	13,13	11,78	19,18
Maranhão	56,37	48,59	71,75	29,82	21,06	47,11
Piauí	45,58	35,87	64,68	22,98	15,18	38,33
Ceará	45,20	39,10	64,62	20,65	15,20	37,99
Rio Grande do Norte	41,23	35,61	62,29	19,02	15,04	33,89
Paraíba	43,25	39,72	55,92	20,69	18,12	29,88
Pernambuco	43,26	38,10	66,56	19,85	15,74	38,42
Alagoas	51,26	43,87	71,44	26,87	20,88	43,26
Sergipe	46,90	41,00	66,15	22,40	18,70	34,48
Bahia	46,92	39,11	66,59	21,56	15,12	37,75
Minas Gerais	23,31	20,54	41,93	6,68	5,17	16,80
Espírito Santo	23,76	22,13	33,80	7,75	7,07	11,93
Rio de Janeiro	19,91	19,44	34,34	6,34	6,18	11,34
São Paulo	15,87	15,39	27,00	5,06	4,93	7,96
Paraná	16,15	14,78	25,31	4,92	4,44	8,16
Santa Catarina	9,21	8,28	14,68	2,39	2,14	3,82
Rio Grande do Sul	15,09	14,48	19,10	4,38	4,08	6,34
Mato Grosso do Sul	19,49	19,16	22,55	5,33	5,32	5,40
Mato Grosso	18,58	17,95	22,05	4,42	4,01	6,69
Goiás	21,25	20,32	31,38	5,39	5,04	9,17
Distrito Federal	15,44	14,74	25,66	4,75	4,45	9,12

Fonte: Elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019)

Como se observa na Tabela 7, cerca de metade dos estados brasileiros possuem um *Headcount Ratio* de mais de 40% e um *Extreme Poverty Headcount Ratio* de em média 15%. Estados como Amazonas, Maranhão, Alagoas, Pará e Amapá se destacam por possuírem as maiores proporções de pobreza e extrema pobreza, sendo que Maranhão possui a maior proporção de pobres em âmbito urbano com 48,59% e Amapá a maior proporção de pobres em âmbito rural com 78,58%. Em contrapartida, observa-se o estado de Santa Catarina que se destaca por possuir os índices de pobreza mais baixos, com um *Headcount* total de 9,21%, o único abaixo de 10%, seguido dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, ambos com proporção de pobreza em torno de 15%. De modo geral, observa-se que dentre todos os estados brasileiros apenas 11 possuem um *Headcount* inferior à média do Brasil, os demais possuem proporções de pobreza muito superiores à média nacional, demonstrando em parte o elevado nível de desigualdade social presente no país, tanto entre regiões como, e principalmente, entre áreas urbanas e rurais.

Por fim, cabe destacar a importância de se ter em mente as limitações das principais medidas de pobreza utilizadas: o *Headcount Ratio* e o *per capita poverty gap*. Segundo Zheng (2002) tais medidas de pobreza não são sensíveis à distribuição de pobres e implicam, inclusive, em possíveis problemas de política econômica caso sejam os únicos indicadores a serem utilizados para a avaliação da pobreza. Pode-se citar como exemplo de problemas que podem ocorrer neste caso o fato do *Headcount Ratio* priorizar os indivíduos cuja renda está próxima da linha de pobreza ao invés de dar prioridade aos mais miseráveis, uma vez que é menos custoso retirar da condição de pobreza os indivíduos que estão próximos de tal linha. Outro exemplo que pode ser citado, neste caso referente ao *per capita poverty gap*, diz respeito aos indivíduos que estão próximos à linha de pobreza e de alguma forma conseguem elevar suas rendas acima dela, fazendo com que o *per capita poverty gap* possa aumentar ao invés de diminuir. Neste sentido, é relevante levar em consideração tais limitações na avaliação da pobreza e complementar a análise de tais indicadores com índices mais completos que levem em consideração a intensidade e a distribuição da pobreza e não somente sua proporção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do panorama social brasileiro demonstra significativa persistência dos índices de pobreza monetária e embora se verifique uma considerável melhora nas condições de insuficiência de renda durante o período que compreende a chamada “década de ouro”, nota-se que grande parte da redução na proporção de pobres deve-se ao ciclo econômico favorável vivenciado no país, uma vez que logo após o fim do ciclo registra-se uma piora dos indicadores de pobreza. No que tange às políticas dedicadas ao combate da pobreza, ainda que se verifiquem efeitos positivos, o que se percebe nos resultados é que as políticas de assistência social implementadas no Brasil têm operado de forma a administrar a pobreza já existente em vez de combatê-la em essência, o que provoca uma condição de vulnerabilidade, onde o indivíduo se vê em uma situação de pobreza controlada, mas não superada.

Neste sentido, os resultados contribuem para demonstrar o elevado nível de pobreza monetária ainda presente no país, onde se observa que 28,09% da população se encontra em condição de pobreza e 11,25% em situação de extrema pobreza. Os resultados se tornam mais

preocupantes quando são analisados os índices de pobreza da região rural do Brasil. Neste caso, registra-se que mais de 52% da população rural do país se encontra em situação de pobreza monetária, e destes, cerca de 27% sobrevivem com até R\$ 238,5 mensais, estando em condição de extrema pobreza. Tais resultados corroboram a ideia que tem sido levantada pela literatura de que não será atingido o primeiro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), qual seja, erradicar a pobreza até 2030.

Além da elevada desigualdade existente entre as áreas urbanas e rurais do Brasil, registra-se uma grande diferença nos índices de pobreza de uma região para outra, onde se observa que as regiões Norte e Nordeste do país são as que apresentam os maiores índices de insuficiência de renda, principalmente em estados como Maranhão, Amazonas e Alagoas, diferente de estados localizados na região Sul, como Santa Catarina, que se destaca por apresentar as menores proporções de pobreza do Brasil.

À luz dos resultados encontrados neste estudo é possível afirmar que este artigo contribui com a literatura ao reforçar o aspecto cíclico – ciclos econômicos – dos indicadores de pobreza no Brasil. Este estudo permite concluir que a condição de pobreza no país é vulnerável a choques e, portanto, a que se refletir acerca de políticas sociais estruturais concomitantes às de transferência de renda. Temática essa sugerida a estudos futuros.

Dos maiores desafios para o futuro está articular políticas sociais de caráter preventivo que alcance os mais necessitados, de forma que a pobreza possa ser superada e não apenas administrada. Cumpre destacar que os resultados apresentados neste estudo devem ser avaliados com devida cautela, uma vez que os dados obtidos da PNAD Contínua são baseados em questionários com propensão a subdeclarações.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o financiamento recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Effects of the business cycle on social indicators in Latin America and the Caribbean: when dreams meet reality. **The World Bank**, p. 70, 2019.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-164, abr. 1995.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (Texto para discussão, n. 1227).

CORRÊA, A.J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira, 1981 - 1990**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean). Quadrennial report on regional progress and challenges in relation to the 2030 Agenda for Sustainable Development in Latin America and the Caribbean. **ECLA**, 2019.

FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D.A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, out. 2016.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

HELFAND, S.M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H.E.F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 67-88, abr. 2009.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**, IPEA, Rio de Janeiro, 2000. p. 81-108.

HOFFMANN, R.; JESUS, J.G.; ALMEIDA, S. S. P. A distribuição da renda no Brasil conforme PNAD: 1995-2017. **Texto para Discussão nº 45**, IEPE/Casa das Garças, ago. 2018. Nova versão nov. 2018.

HOFFMANN, R. Distribuição do rendimento do trabalho e equações de rendimento dos setores agrícola e não agrícola, no Brasil, de 2012 a 2017. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL; 57. 2019. Ilhéus. **Anais...**, Ilhéus, 2019a.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil e no setor agrícola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL; 57. 2019. Ilhéus. **Anais...**, Ilhéus, 2019b.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

MORDUCH, J. Poverty, Economic Growth, and Average Exit Time. **Economics Letters**, v. 59, p. 385-390, 1998.

NASSIF, A. A valsa não totalmente afinada de Laura Carvalho: um ensaio-resenha crítico de Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 11-35, jul./dez. 2018.

POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

RAVALLION, M. **Poverty**: the past, present and future. World Economic Forum, 2016.

RODRIGUES, C.T.; HELFAND, S.M.; LIMA, J.E. Novas linhas de pobreza para o Brasil: uma análise a partir das pesquisas de orçamento familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 1, p. 5-36, 2018.

SEDLAC (Socio-economic database for Latin American and Caribbean). 2018. Disponível em: <<http://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/estadisticas/sedlac/estadisticas/>>. Acesso em: jun. 2019.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A.K. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**, n. 44, p. 219-231, 1976.

SILVA, A.C.; BANDEIRA, E.S.F.; LOPES, E.B. Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS; 5. 2011. **Anais...**, 2011.

WATSS, H. An economic definition of poverty. In: MOYNIHAN, D. P. (Ed.). **On Understanding Poverty**. New York: Basic Books, 1968.

ZHENG, B. Aggregate poverty measures. **Journal of Economic Surveys**. v. 11, p. 123-162, 2002.